



Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 19 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, realizada em dezessete de maio do ano de dois mil e treze, na Sala de Comissões nº01 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis - SC.

1 Às catorze horas e trinta minutos do dia dezessete de maio de dois mil e treze, na Sala de
2 Comissões nº01 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, reuniu-se o
3 Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU/SC em Sessão
4 Ordinária número dezenove. Presentes os senhores Conselheiros Estaduais Arquitetos e
5 Urbanistas **GIOVANI BONETTI, ADEMIR BOGONI, MARCOS ALEXANDRE JOBIM, JORGE**
6 **RAINESKI, DÉCIO GOMES GÔES, CEZAR FRANCISCO CIARINI, SÔNIA SUZETE ROESE, ANDRÉ**
7 **LUIZ SERAFIM e FARIDA MIRANY DE MIRA**, o Conselheiro Federal **ROBERTO SIMON**, os
8 empregados do CAU/SC, o Assessor Especial **JOÃO EDMUNDO BOHN NETO**, o Diretor Geral
9 **MÁRCIO BITTENCOURT**, o Advogado **GUSTAVO SOUZA SANTOS** e a Assistente Administrativo
10 **TATIANA MOREIRA FERES DE MELO**, a Assistente de Comissões **ELIZIANA GALLIANI**, e a
11 Assessora de Imprensa **ANDRESSA DREHER**. Após a verificação e constatação da existência de
12 quórum, o Presidente do CAU/SC, Arquiteto e Urbanista **RONALDO DE LIMA**, agradeceu a
13 presença de todos, e lembrou os presentes de silenciar os celulares e de se identificar antes de
14 qualquer contribuição. Em seguida apresentou a pauta da reunião que foi aprovada por
15 unanimidade, com a inclusão do item 4. Relato do Conselheiro Federal. No item 1. Aprovação da
16 Ata da Reunião Plenária do dia doze de abril de dois mil e treze, é colocada em discussão a ata da
17 plenária número dezoito, que foi aprovada com a abstenção das Conselheiras Fátima e Sônia, por
18 ausência na reunião anterior. No item 2. Correspondências Emitidas e Recebidas, o Presidente
19 Ronaldo lembrou que a relação de correspondências havia sido enviada e que qualquer
20 questionamento deveria ser encaminhado para a Tatiana. No item 3. Relato do Presidente, foram
21 citados os eventos em que houve representantes do CAU/SC, ocorridos no período de dezessete
22 de abril a dezesseis de maio. O Conselheiro Giovanni Bonetti solicitou que as representações feitas
23 pelo presidente em Brasília, fossem relatadas de forma menos sucinta e mais detalhadas,
24 explicitando as ações do CAU/BR, para que o plenário saiba os encaminhamentos e ações citados
25 nas reuniões, e assim ocorra uma aproximação entre o CAU/BR e conselheiros estaduais. O
26 Conselheiro Ciarini se manifestou corroborando com as palavras do Conselheiro Giovanni.
27 Passando para o item 4. Relato do Conselheiro Federal, o conselheiro disse que buscará sanar essa
28 pendência. Iniciou seu relato falando da diretriz de reprogramação orçamentária, com trinta mil
29 não pagantes, em média, duas medidas foram adotadas: inicialmente foi de comunicação que
30 resultou numa diminuição de cinco por cento da inadimplência e, em seguida, foi aprovado em
31 plenária extraordinária o parcelamento com multas e juros das anuidades, pois os arquitetos não
32 tem a cultura digital desejada e isto causou parte dos atrasos, uma vez que esses boletos são
33 gerados no sistema e não mais enviados por e-mail como no conselho anterior. Com relação à
34 cobrança de multas e taxas que estão sendo aplicadas individualmente, a partir de uma comissão
35 específica, sem uma discussão mais ampla sobre esses valores, e foi decidido que haverá uma
36 comissão que reunirá as comissões de organização e administração, planejamento e finanças, e
37 exercício profissional, somando quinze conselheiros federais para discutir o assunto, e fazer a
38 revisão de algumas resoluções, para que possa haver uma readequação. Citou que está sendo feita
39 a revisão dos procedimentos contábeis. Com relação ao fundo de apoio, discutido em reunião
40 extraordinária com o grupo gestor composto por três presidentes: CAU/PA, CAU/SP (doador) e
41 CAU/BA (linha de corte). Dois estados deixaram de contribuir, RS e PR, por alegarem pouca
42 discussão a respeito, o que gerou uma queda de vinte por cento no montante total da arrecadação.



43 Enfatizou que a decisão da utilização dos valores é sempre realizada em conjunto, e que foi feita
44 uma revisão dos valores para não prejudicar os estados tomadores. Referente aos convênios, o
45 representante de Relações Internacionais Miguel Pereira entende que o convênio entre Brasil e
46 Portugal está de acordo e incrementa as relações; não foi aceito o convênio com a Espanha por
47 não ter alcançado uma posição confortável para ambos os países, mas está em discussão; com a
48 Inglaterra, o convênio está em análise. Com relação à prestação de contas anual do CAU/BR do
49 ano de dois mil e doze já foi aprovada por unanimidade. Salientou que os estados ES, MA, PI e RN
50 não entregaram seus documentos para análise, e que Santa Catarina está entre os que entregaram
51 os documentos na totalidade. Com relação aos planos de ação, no ano passado foi contratada uma
52 empresa para estruturar os Planos de Ação, e suas diretrizes demandam um raciocínio que se
53 adequa à modernidade do CAU. A empresa precisou inicialmente conhecer o universo da
54 arquitetura, baseado no Conselho de Arquitetura da Inglaterra - RIBA. No planejamento
55 estratégico haverá a participação das entidades de classe, instituições públicas, escolas de
56 arquitetura, profissionais liberais, entre outros. O repasse dos valores de alguns CREAs está sendo
57 discutido judicialmente. Informou que está encaminhada a questão do Plano de Saúde com
58 características estaduais, com algumas condições, entre as quais, a inexistência de carência e
59 permanência dos mesmos valores. Também está em conversação um acordo sobre o acesso dos
60 arquitetos à Unicred, com assento nas diretorias e no conselho fiscal, com projetos de incentivo à
61 profissão. Por fim, falou da nova sede do CAU/BR, que está sendo analisada a compra da sede do
62 Ministério da Agricultura, que é um prédio renovado, reformado recentemente, e muito bem
63 localizado. O Conselheiro Jorge demonstrou suas preocupações com relação às questões como a
64 falta de planejamento do CAU/BR para o Congresso Nacional de Profissionais, a inércia na busca
65 de soluções como a fiscalização, a inter-relação entre conselhos Art.3 e 59 da Lei 12.378, a
66 proliferação de escolas de arquitetura, a ausência de uma política junto ao Ministério das Cidades,
67 sobre a presença do arquiteto em obras do PAC e Minha Casa Minha Vida, por exemplo; e políticas
68 que não são de atribuições do Conselho, como a política salarial e aspectos filosóficos da política
69 urbana. Fez alusão positiva à atuação do Conselheiro Federal junto ao Senado em relação à
70 inclusão dos arquitetos no simples nacional. Conselheira Fátima falou da não realização do
71 Congresso Nacional, e da sua preocupação com a elaboração do Código de Ética que seria
72 aprovado no evento. O Conselheiro Giovani reconhece o trabalho realizado na busca de um
73 modelo de gestão, mas uma questão que é prioritária e pouco discutida é a questão da fiscalização
74 que precisa ser instrumentalizada, e disse que o tempo dedicado à discussão de Plano de Saúde e
75 cooperativas financeiras que não é prioridade. O Conselheiro Ciarini questionou se o
76 sombreamento com o CREA e a fiscalização seriam temas do Plano Estratégico e qual a data
77 prevista para esses encaminhamentos. O Conselheiro Décio falou sobre a necessidade de
78 sabermos as diretrizes e reforça a preocupação com a fiscalização, pois os arquitetos estão
79 perdendo espaço no mercado. O Conselheiro Federal iniciou sua resposta dizendo que aceita todas
80 as críticas, como conselheiro federal e se desculpou novamente pelas ausências nas plenárias do
81 CAU/SC, mas disse não aceitar críticas com relação à fiscalização por ser uma atribuição dos
82 CAU/UF, conforme as leis e resoluções, os estados tem que assumir efetivamente essa tarefa. Com
83 relação ao relacionamento CAU/CONFEA, foi criada uma Comissão de Harmonização, que busca
84 uma resolução conjunta, onde o primeiro ato seria a questão da fiscalização. O Presidente do
85 CONFEA, por questões políticas, desmontou essas relações. O caso da Engenharia de Segurança de
86 Trabalho também seria abordado na comissão. Salientou que a comissão está constituída, mas o
87 Conselheiro diz não saber como seus trabalhos avançar, se a outra parte tem dificuldade. Lembrou
88 que o repasse está na lei, mas não significa que podemos entrar na outra autarquia e tomar
89 qualquer medida. Defendeu a realização de uma auditoria plena, para que os repasses fossem
90 feitos nos valores corretos. Na questão do Congresso, o Conselheiro reconhece que ele deveria
91 existir, mas explicou que o orçamento não permitiu a realização do evento. Lembrou o Congresso



92 do IAB, que é uma figura importante para a profissão, e disse que talvez esse fosse o momento
93 para a reunião dos profissionais, citando o apoio do Arquiteto Sergio Magalhães. Com relação aos
94 cursos de arquitetura, lembrou que o CAU não faz a gestão da abertura das escolas. Disse que hoje
95 se discute o exame da ordem e uma certificação das escolas. Com relação à Política Urbana, o
96 Conselheiro reconhece que houve um desfecho infeliz no relacionamento CAU/IAB. A sua posição
97 no plenário é que o CAU deveria assinar o documento resultado do encontro, pois considera um
98 dos mais importantes que o CAU redigiria, dessa matéria, nos últimos anos. O Conselheiro Giovanni
99 disse que o CAU não pode ficar fora dessa discussão e que essa é a maior contribuição que o CAU
100 pode fazer na área de políticas urbanas. Com relação à fiscalização do salário mínimo profissional,
101 o Conselheiro enfatiza que foi voto vencido e concorda que não deveria estar vinculado ao CAU.
102 Em relação ao Código de Ética, reconhece que o trabalho deveria estar mais avançado, porém tem
103 consciência da dificuldade e complexidade do trabalho. Passando para o item 5. COMUNICADO
104 DOS DIRETORES: A Diretora Administrativa Sônia Roese disse que o relatório do mês de abril foi
105 enviado por e-mail. Iniciou seu relato apresentando as contratações das funcionárias: Cristina
106 Valdeci Rodrigues - Assistente de Planejamento e Orçamento, Sabrina Martins Fortunato -
107 Auxiliar de Licitações e Eliziane Galliani - Assistente de Comissões. Destacou que o quadro
108 funcional ativo do momento possui dezessete funcionários. Relatou que no mês de abril tiveram
109 quatro contratos assinados com as empresas Ondrepsb, referente à prestação de serviços de
110 asseio e conservação, e técnico de informática; Brasssoftware para aquisição de licenças do pacote
111 Office 2010 da Microsoft; Atelier Arquitetura para a elaboração do projeto arquitetônico para as
112 obras e reformas do CAU/SC; e Mainardi & Scarduelli Advogados e Associados na prestação de
113 serviços de revisão do Regimento Interno em sua versão preliminar. No relato da Diretoria
114 Financeira, o Conselheiro Ademir Bogoni iniciou informou que o relatório financeiro do mês de
115 abril foi aprovado com algumas ressalvas. Citou o valor de quatrocentos e oitenta e sete mil,
116 novecentos e oitenta reais referente a receita total do mês, para uma despesa fixa de cento e vinte
117 e oito mil, oitocentos e setenta reais e despesa variável de setenta e quatro mil, trezentos e
118 cinquenta reais. Nos saldos bancários foi citado um aumento de nove vírgula três por cento. No
119 item 6. RELATO DAS COMISSÕES: A Conselheira Fátima iniciou o relato da Comissão de Ética,
120 informando que tinha apresentado sua renúncia à coordenação, devido às dificuldades de
121 trabalho da comissão e da falta de apoio operacional do CAU/SC. Em função de um maior
122 comprometimento garantido pelo advogado do conselho e à contratação de uma assistente de
123 comissões, a conselheira reconsiderou sua decisão e disse que se na próxima plenária houver a
124 efetivação dos processos que estão aguardando encaminhamentos, os trabalhos da comissão
125 podem continuar, caso contrário, defende que a existência da comissão deve ser revista. Informou
126 que foi elaborada uma rotina de trabalho para a comissão e que será necessária uma capacitação e
127 algumas alterações no regimento interno. A Conselheira Sônia lembrou que outro empecilho é o
128 fato de que o CAU/BR não evolui na questão do Código de Ética e relatou sobre o encontro em
129 Belém que foi pouco produtivo; em relação aos trabalhos sugeriu a contratação de um advogado
130 ou de um escritório para se dedicar às análises dos processos. O Conselheiro Giovanni fez a
131 proposta de contratação de um advogado. O Conselheiro Décio entende que a construção da
132 estrutura administrativa esteja em andamento e sugere um convênio com o CIEE. O Conselheiro
133 Giovanni discorda, e explica que não é assunto de estagiário. O Presidente citou existir uma
134 conversa com o CIEE para a contratação de alguns estagiários, como medida provisória, para
135 suprir algumas necessidades até a realização do concurso público. Lembrou as limitações de
136 infraestrutura que o CAU/SC possui, pois os postos de trabalhos no momento estão todos
137 ocupados e sugeriu a ampliação da carga horária de trabalho de alguns funcionários. No relato da
138 Comissão Especial de Comunicação, o Conselheiro Jobim informou da decisão que as aprovações
139 de matérias e contato com a assessoria de comunicação serão responsabilidade do Assessor
140 Especial. Relatou que foi estabelecida a criação de rotinas de publicações em tópicos, para



141 estruturar a área de comunicação. Citou a ideia da criação de um concurso de fotografias do
142 estado para ilustrar os informativos e a decisão de criar uma resposta padrão no *facebook*,
143 informando que o CAU entrará em contato assim que tiver a resposta, não transformando a rede
144 social em um tópico de discussões. Para promover a regionalização do Conselho, serão
145 encaminhados e-mails a cada quinze dias aos conselheiros solicitando contribuição para o
146 informativo das notícias de suas respectivas regiões, e aos coordenadores das comissões e grupos
147 de trabalho para que encaminhem assuntos específicos tratados nas comissões. O Conselheiro
148 Giovani sugeriu que após as reuniões seja feito contato com os coordenadores, para que esses
149 encaminhamentos sejam efetivamente realizados. O Conselheiro Jobim continuou seu relato
150 citando a nova versão do informativo que está em processo de elaboração. Trouxe para discussão
151 a ideia da publicação das Atas das Plenárias, transformando público para os arquitetos de todo o
152 estado, e a liberação de *mail list*. Informou que a comissão se reuniu no período da manhã, com
153 empresa de telecomunicação que apresentou o grande alcance das mídias televisão e internet.
154 Neste ato foi deliberada pela comissão a contratação de uma agência publicitária. Encerrou o
155 relato dizendo que a comissão tem trabalhado para que o CAU esteja mais presente e visível na
156 sociedade, visando uma melhor valorização profissional, com a educação da sociedade. Disse
157 ainda que o conselho deve estar envolvido com a mídia, com a divulgação de seus resultados e de
158 sua importância. No relato da Comissão de Ensino e Exercício Profissional o Conselheiro Ciarini
159 citou que foi feito um relato da gerente técnica e da fiscal em relação às dificuldades da
160 fiscalização. Foram encaminhadas algumas demandas especiais, como o primeiro registro de
161 estrangeiro do CAU/SC, alguns processos de denúncia, e processos de baixa de RRT e RRTs
162 extemporâneos. O Conselheiro Giovani questionou o andamento da fiscalização. O Conselheiro
163 Raineski citou sua preocupação com a fiscalização que está sem caminho efetivo, e as dificuldades
164 são por ausência de resolução entre os dois Conselhos. Informou que a fiscal está trabalhando no
165 limite, através de denúncias e de uma fiscalização de gabinete. Devido a grande demanda de
166 trabalho, o conselheiro solicitou o encaminhamento para a plenária da contratação imediata de
167 um terceiro fiscal, através do processo seletivo existente, para ampliar a atuação do CAU/SC na
168 área de fiscalização. No relato da Comissão Especial Congresso Estadual e Conferência Anual do
169 CAU/SC, o Assessor João Edmundo relatou que o Conselheiro Raineski foi eleito Coordenador da
170 Comissão e que na reunião foi montada uma minuta para que a Comissão pudesse avançar em
171 seus trabalhos. Foram tratadas propostas de formato do Congresso, de um temário, com a ideia
172 de aprovação deste projeto na próxima plenária. Ficaram estabelecidas duas vertentes:
173 qualificação profissional e qualificação da arquitetura e urbanismo na sociedade. Citou a
174 realização de reuniões regionais onde o IAB está presente, e a realização do Congresso no dia nove
175 de novembro, paralelo à finalização do Concurso de TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, sendo
176 que a finalização das ações seria no dia do arquiteto. Foi solicitado espaço para a apresentação do
177 Prêmio Estadual para Estudantes e sua planilha orçamentária. O presidente abriu espaço para a
178 apresentação e informou que, devido à falta de tempo, seria convocada uma reunião
179 extraordinária para a aprovação do Regimento Interno e do Organograma. Assim, João Edmundo
180 apresentou a proposta do Prêmio estadual de Trabalhos de Conclusão de Cursos para Estudantes
181 (formato, calendário, premiação e custos). Relatou que o contato feito com as escolas via telefone,
182 já apresentou resultados positivos. Informou que o lançamento do prêmio será dentro do evento
183 “Destaques das Bienais” e, após a premiação dentro do Congresso, haverá uma exposição
184 itinerante. A ASBEA, por ter muitos estagiários nos escritórios filiados à entidade, decidiu apenas
185 apoiar o prêmio e não participar da organização. No relato da Comissão de Contas e Atos
186 Administrativos, o Conselheiro André relatou a aprovação dos relatórios administrativos e
187 financeiro do mês de abril e a aprovação da minuta do Regimento Interno. Foi analisado o PCCS –
188 Plano de Cargos, Carreira e Salários e o organograma apresentados pela Neo Labor. Foi solicitado
189 que avaliação seja anual, havendo um critério único de avaliação, antes do dissídio da categoria;



190 alguns questionamentos sobre valores; e a falta de uma ouvidoria. Citou que a comissão deliberou
191 que a carga horária dos funcionários deve ser de oito horas por dia. Relatou uma discussão sobre
192 detalhamento do repasse ao CAU/BR e que o Fundo de Apoio aos CAU/UFs não está sendo
193 contabilizado de forma clara. Informou que o Regimento interno está sendo discutido desde o dia
194 vinte e seis de abril e que o texto foi finalizado e enviado aos demais conselheiros pelo Diretor
195 Geral Márcio. O Conselheiro Giovani solicitou uma secretaria para auxiliar os trabalhos da
196 Comissão. Sugeriu a criação de uma comissão para o concurso público para contratação de
197 funcionários, não necessariamente composta por conselheiros, iniciando o processo para a
198 realização do mesmo. O conselheiro informou que a revisão do orçamento não pode ser
199 deliberada por falta de tempo, e que será tratada na próxima reunião da comissão. Não ocorreram
200 relatos da Comissão Especial de Patrimônio, da Comissão Especial de Habitação e da Comissão
201 Especial de Políticas Urbanas, pela não realização das reuniões. Passando para o item 7.
202 Apresentação e votação, no item a. Eleição do Vice-Presidente do CAU/SC, o presidente destaca
203 que o vice-presidente eleito deve se comprometer a comparecer no Conselho até quarta-feira, dia
204 vinte e dois de abril, para os procedimentos administrativos em relação às assinaturas e
205 autorizações no Banco do Brasil, para autorização dos pagamentos, em função da licença do
206 presidente. O presidente apresentou o nome do Conselheiro Ademir Bogoni, conselheiro este que
207 está alinhado com seus ideais e forma de trabalho, lembrando o remanejamento que ocorrerá,
208 caso eleito, em função do mesmo ser diretor financeiro atualmente. O Conselheiro André se
209 manifestou salientando a importância do vice-presidente, que o perfil deve ser de alguém com
210 bom relacionamento com as diversas representatividades, apoiando a indicação do Presidente. O
211 Conselheiro Jorge Raineski manifestou-se considerando a competência e distinção da atuação do
212 Conselheiro Bogoni como diretor financeiro, e sugeriu que este seja mantido no cargo, indicando o
213 nome do Conselheiro Ciarini. O Conselheiro Ciarini citou a relação do vice-presidente com a
214 fiscalização e sugeriu que o conselheiro eleito, fosse membro da Comissão de Ensino e Exercício
215 Profissional, devido à abrangência do tema na comissão. O Conselheiro André lembrou que não
216 existe nada regimentalmente que crie uma obrigatoriedade da vice-presidência estar ligada à
217 fiscalização. O Conselheiro Bogoni disse ter aceitado a indicação do seu nome para ajudar nos
218 trabalhos do Conselho, mas que não concordou com algumas situações ocorridas, e declinou do
219 cargo, se abstendo da votação. O Conselheiro Décio elogiou e agradeceu o trabalho do Conselheiro
220 Bogoni como diretor financeiro, salientando a segurança passada a todos os conselheiros com seu
221 trabalho. O Presidente expressou sua admiração do trabalho realizado pelo conselheiro na
222 diretoria financeira. Não havendo outro nome, o Presidente coloca em votação o nome do
223 Conselheiro Cezar Francisco Ciarini como vice-presidente do CAU/SC, que é eleito com oito votos,
224 com a abstenção do Conselheiro Bogoni. Em ato contínuo, o presidente empossou o Conselheiro
225 Ciarini como vice-presidente. O item b. Aprovação do Regimento Interno, e o item c. Aprovação do
226 Organograma ficaram como item de pauta para a reunião extraordinária que será convocada
227 antes da vigésima plenária. No item d. Incorporação da Comissão de Habitação pela Comissão de
228 Políticas Urbanas, a Conselheira Fátima disse que está de acordo com a junção, principalmente
229 devido à dificuldade da reunião de membros participantes, e confirma que os membros da
230 Comissão de Habitação irão se inserir na Comissão de Políticas Urbanas. Em nome da Comissão de
231 Políticas Urbanas, o Conselheiro Raineski manifesta seu apoio à junção destas comissões, e
232 apresenta sua expectativa de que a comissão consiga traçar um rumo para seu trabalho. Em
233 votação, a incorporação da Comissão de Habitação pela Comissão de Políticas Urbanas é aprovada
234 por unanimidade, extinguindo assim a Comissão de Habitação e mantendo apenas a Comissão
235 Especial de Políticas Urbanas, com os membros de ambas as comissões. No item e. Homologação
236 da Coordenação da Comissão Especial para Congresso Estadual e Conferência Anual do CAU/SC,
237 os nomes do Conselheiro Raineski como coordenador e do Conselheiro Ciarini como Coordenador
238 Adjunto são apresentados. Em votação, a coordenação da Comissão Especial para Congresso



239 Estadual e Conferência Anual do CAU/SC é aprovada por unanimidade. Conforme solicitado
240 durante a plenária, o Presidente retoma o assunto referente a liberação do *mail list* dos arquitetos
241 do sistema do CAU/SC, questão essa que não tem um alinhamento nacional e de grande
242 responsabilidade. O Conselheiro Giovani enfatizou a importância de critérios para a liberação
243 destes endereços. O Conselheiro Raineski lembrou da importância de ser criterioso e ter muito
244 cuidado para a liberação dessas informações, sugeriu aprovação em plenária e a utilização de um
245 termo de responsabilidade para esse licenciamento. O Presidente Ronaldo apresentou a
246 orientação do CAU/BR sugerindo que os próprios CAU/UF façam a emissão das informações que
247 julgarem relevantes, ao invés de ceder e-mails. O Conselheiro Jobim concorda com a sugestão do
248 CAU/BR e diz que se o CAU julgar a informação importante, o CAU faz a divulgação da mesma. O
249 Conselheiro Raineski lembra que não é uma divulgação necessariamente do CAU, e que as
250 entidades não podem perder suas identidades ao enviar uma correspondência. O Conselheiro
251 Giovani colocou que o julgamento das informações publicadas não podem estar centralizadas em
252 uma única pessoa, e sugeriu que fosse franqueada as informações com as entidades que integram
253 o CEAU, com um termo de responsabilidade, de acordo com a gestão do presidente. O Conselheiro
254 Raineski colocou que em situações emergenciais, ter que passar para o CAU, para que o CAU
255 repasse a informação, não irá funcionar. O Conselheiro Ciarini sugere a liberação dos e-mails
256 somente para as entidades do CEAU, não para fornecedores. O Conselheiro Raineski apresentou
257 sua preocupação lembrando que CBA e ABEA possuem apenas uma única pessoa em Santa
258 Catarina, não concordando em passar o *mail list* para todas as entidades. Assim, é colocada em
259 votação a liberação do *mail list* para IAB/SC e ACEA, que é aprovada por unanimidade. O
260 Conselheiro Raineski pediu para que seja votada a contratação imediata de mais um fiscal para
261 CAU/SC, pela ordem e disponibilidade dos contemplados no concurso já realizado, e que seja
262 divulgada esta ordem pela proposta de transparência do CAU/SC. Apresentada a proposta da
263 Comissão de Ensino e Exercício profissional, o presidente coloca em votação e a contratação do
264 fiscal é aprovada por unanimidade. No item 8. Manifestações dos Conselheiros Estaduais em
265 assuntos de interesse do Plenário, o Presidente Ronaldo de Lima retificou seu prazo de licença,
266 que se dará no período compreendido entre o dia vinte e três de maio e treze de junho de dois mil
267 e treze. O Presidente retomou a palavra falando da revisão orçamentária e pediu que esta revisão
268 acontecesse junto com a Plenária Extraordinária para discussão do Regimento Interno e informou
269 que as comissões que necessitarem de reunião extraordinária podem ser convocadas na manhã
270 desta plenária, sugerida para o dia sete de junho de dois mil e treze. Colocada em votação, a data
271 foi aprovada por unanimidade. O Conselheiro Ciarini, eleito Vice-Presidente pediu a palavra, onde
272 enlevou o trabalho do Conselheiro Bogoni na Diretoria Financeira e agradeceu a contribuição do
273 Conselheiro Bonetti no tempo em que ocupou o cargo de Vice com grande êxito. Ainda disse que
274 pretende fazer o melhor na missão que lhe foi proposta. Como proposta de pauta para a próxima
275 plenária, ficou a contratação de mais um advogado, a aprovação do formato de publicação das atas
276 das plenárias. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Ronaldo de Lima desejou um bom retorno
277 a todos e declarou encerrada a Décima Nona Reunião Plenária. Para constar, eu, Tatiana Moreira
278 Feres de Melo, Assistente Administrativo do CAU/SC, nomeada Secretária *Ad hoc*, lavrei a presente
279 Ata que será rubricada em todas as suas páginas e, ao final, assinada por mim e pelo Presidente
280 Ronaldo de Lima, para que reproduza os efeitos legais.
281

Ronaldo de Lima
Presidente do CAU/SC

Tatiana M. F. de Melo
Assistente Administrativo